

SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

Disponível no site http://www.sintius.org.br

03/09/2019

Guedes volta à carga com nova CPMF e carteira

A equipe de Paulo Guedes (Economia) está nos ajustes finais de um projeto que cria imposto similar à CPMF e outro sobre a chamada carteira verde e amarela. A ideia é enviá-los simultaneamente ao Congresso, que tem resistido às propostas. Guedes aposta em convencer o Legislativo do potencial de geração de empregos. O objetivo do novo tributo, que incidiria sobre qualquer transação comercial, é reduzir a contribuição previdenciária sobre folha de pagamento de 20% para 15%. Quanto à carteira, o modelo prevê menos direitos trabalhistas em troca de desoneração tributária a empresas que contratarem jovens sob esse regime.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo - 03/09/2019

Orçamento para 2020 prevê corte em programas sociais

Em seu primeiro projeto de Orçamento, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) propôs uma redução nos recursos destinados a programas sociais. O maior corte ocorreu no Minha Casa Minha Vida. A previsão de gastos caiu de R\$ 4,6 bilhões, neste ano, para R\$ 2,7 bilhões em 2020. Criado há dez anos, o sistema deve ter, sob o comando de Bolsonaro, o menor orçamento de sua história — de 2009 a 2018, a média era de R\$ 11,3 bilhões por ano.

A proposta afeta também o Bolsa Família, que dá renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Estão reservados no projeto do governo os mesmos R\$ 30 bilhões que devem ser gastos com o programa neste ano. Isso, na prática, representa uma redução no tamanho do benefício, pois não há correção pela inflação. A média do valor recebido por família é de R\$ 188,63. Além disso, menos pessoas devem ser atendidas. O plano apresentado considera beneficiar 13,2 milhões de famílias em 2020. Atualmente, são 13,8 milhões.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo - 03/09/2019

Previsão de crescimento da economia sobe para 0,87%

O mercado financeiro aumentou a projeção para o crescimento da economia e reduziu a estimativa de inflação para este ano. Segundo o boletim Focus, pesquisa divulgada todas as semanas pelo Banco Central (BC), a previsão para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - foi ajustada de 0,80% para 0,87% em 2019. A previsão para 2020 permaneceu em 2,10%. Para 2021 e 2022 também não houve alteração nas estimativas: 2,50%.

INFLAÇÃO.

A estimativa de inflação caiu de 3,65% para 3,59%, este ano. Para os anos seguintes não houve alterações nas projeções: 3,85%, em 2020 E 3,75%, em 2021.

Fonte: Jornal Diário do Litoral - 03/09/2019

Reforma da Previdência: mais de 370 emendas apresentadas ao texto, com votação na quarta

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar, nesta quarta-feira (4), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019, a Reforma da Previdência. O relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), apresenta a partir das 9h a complementação de seu voto inicial, lido na reunião do dia 28. Foram 376 emendas com sugestões de mudanças até a manhã desta segunda-feira (2), das quais mais de 200 estão sem parecer. — Há o complemento de voto às 9h da manhã, abro para possíveis votos em separado, teremos pelo menos um voto em separado. Vamos fixar um prazo para a leitura desses votos e em seguida abrimos para a discussão, encerramos a discussão e vamos para a votação. Provavelmente isso vai adentrar a tarde, acredito que a gente não consegue fechar antes das 4h ou 5h da tarde uma discussão como essa — detalhou a presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), em entrevista na semana passada.

PEC paralela

A tendência do relator é manter o texto como veio da Câmara, apenas com algumas supressões de dispositivos como o do Benefício da Prestação Continuada (BPC), alteração que não resulta em nova análise da PEC pelos deputados. As mudanças que Tasso considerou mais relevantes foram apresentadas em uma minuta de nova PEC, para tramitar em paralelo com o texto principal. Nessa PEC Paralela, que ainda depende de 27 apoios de senadores para iniciar o andamento legislativo, estão mudanças como a inclusão dos estados e municípios na reforma; a garantia de que a pensão por morte nunca seja inferior a um salário mínimo, e que o percentual acrescido à pensão, por dependentes menores de idade, saia dos atuais 10% para 20%. No texto que tramitará em separado também estão previstas novas fontes de custeio para a seguridade social, com a cobrança gradual de contribuições previdenciárias das entidades educacionais ou de saúde enquadradas como filantrópicas, mas com capacidade financeira, excluídas as Santas Casas de Misericórdia. Também haverá cobrança de contribuições previdenciárias do agronegócio exportador e do Simples (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), para o financiamento de benefícios concedidos em decorrência de acidente de trabalho ou exposição a agentes nocivos. As novas tributações serão feitas de forma gradual e progressiva, ao longo de cinco anos. Outras sugestões de mudança, por meio de emendas, podem ser incluídas nesse texto. A intenção de Tasso é não atrasar a votação do texto principal da PEC 6/2019, para que seja votada e promulgada rapidamente.

Calendário

A previsão é de conclusão da votação na CCJ na quarta-feira, com o texto seguindo para análise em Plenário na sequência. A PEC é votada em dois turnos, com cinco sessões de discussão num primeiro momento, e três no segundo. Começa a contar o prazo a partir de quinta-feira (5), a primeira sessão de discussão e votação no Plenário. A segunda discussão e votação será na terça (10), já com audiência pública deliberada pela Mesa — explicou Simone, referindo-se à sessão temática agendada no Plenário. A expectativa é que o calendário esboçado por Simone, que estima a conclusão da votação entre o fim de setembro e o início de outubro, seja seguido rigorosamente. — Por enquanto está dentro do calendário — informou. A reunião da CCJ ocorrerá na sala 3 da ala senador Alexandre Costa.

Fonte: Agência Senado - http://cnti.org.br/html/noticias.htm

Metalúrgicos elegem diretoria da CNTM

Miguel Torres foi reeleito presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM). A eleição da diretoria da CNTM para o mandato 2019-2023 foi realizada ontem (2). O também presidente da Força Sindical e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes destacou a importância da Confederação nas ações do movimento sindical unificado em defesa da estrutura de lutas e dos direitos da classe trabalhadora. "A recente vitória da CNTM no STF, que anulou por 10 a 1 a norma da reforma trabalhista que permitia que trabalhadoras gestantes e lactantes atuassem em locais insalubres, é um grande exemplo de que vale a pena lutar e resistir", diz Miguel, chamando os dirigentes para ampliar a mobilização da categoria metalúrgica por emprego, trabalho decente, manutenção dos direitos e valorização do movimento sindical nas lutas pela retomada do crescimento industrial e do desenvolvimento econômico do País. Também foram feitas, ontem, uma assembleia geral ordinária, com aprovação da prestação de contas de 2018 e da previsão orçamentária para 2020, e uma alteração do Estatuto Social da CNTM para modernizá-lo perante às novas tecnologias para a realização de assembleias, consultas, eleições e comunicação aos associados.

Fonte: Jornal Diário do Litoral - 03/09/2019